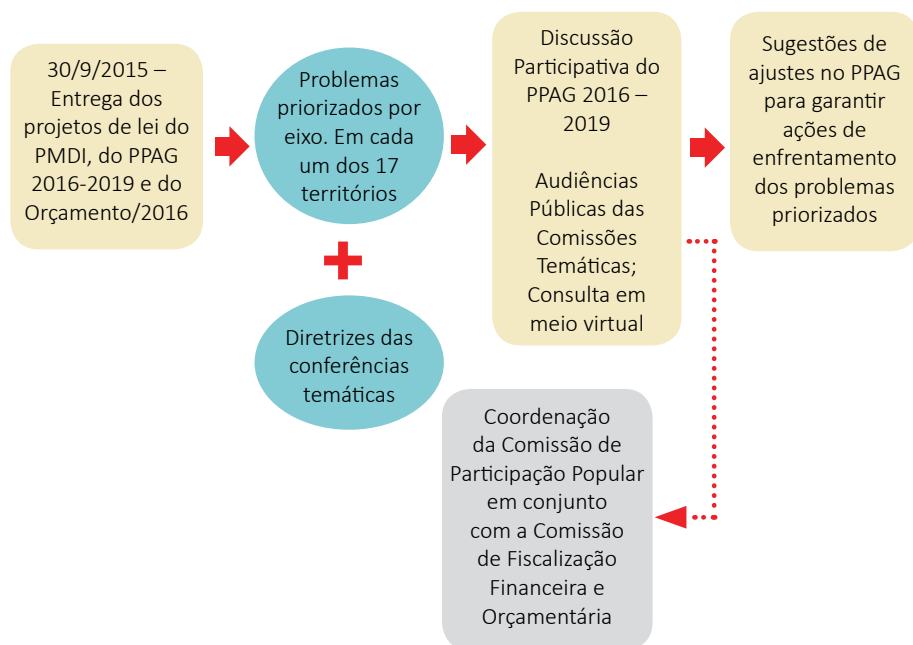


EIXOS	ÁREAS AFINS	COMISSÕES TEMÁTICAS ALMG
Saúde e Proteção Social	Direitos Humanos – Cidadania – Assistência Social – Saúde – Juventude – Esportes	Direitos Humanos; Trabalho, Previdência e Ação Social; Saúde; Esporte, Lazer e Juventude; Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas; Extraordinária das Mulheres.
Segurança Pública	Defesa Social – Polícia Militar – Polícia Civil	Segurança Pública; Prevenção e Combate ao Uso do Crack e Outras Drogas.
Educação e Cultura	Educação – Cultura	Educação, Ciência e Tecnologia; Cultura.

Os fóruns regionais e a tramitação do Projeto de Lei do PPAG na Assembleia

A realização dos Fóruns Regionais de Governo coloca um novo cenário para a apreciação legislativa do PPAG na Assembleia. A discussão participativa feita no âmbito dos encontros regionais dos fóruns de governo oferece subsídios importantes para a avaliação e o acompanhamento das políticas públicas estaduais. Nesse sentido, a Assembleia de Minas, ao receber o projeto de lei do PPAG/2016-2019, momento em que promove uma discussão participativa do plano, poderá fiscalizar se houve a incorporação de ações para o enfrentamento dos problemas apresentados pelos cidadãos nos encontros regionais dos fóruns de governo, bem como incorporar demandas levantadas pelos próprios deputados e deputadas e pelas comissões temáticas, ou, ainda, incorporar ao plano diretrizes das conferências de políticas públicas em vigor no Estado. Com isso, a Assembleia, durante a tramitação do projeto de lei que contém o PPAG, contará com diversas fontes de informação e subsídios para sugerir alterações que garantam ações de enfrentamento dos problemas levantados.

O TRABALHO DA ASSEMBLEIA NO PPAG E OS FÓRUNS REGIONAIS:



Por meio do acompanhamento dos fóruns de governo pelos parlamentares, seja individualmente, seja em atividades das comissões da ALMG, a Assembleia Legislativa poderá exercer suas funções constitucionais: representar os cidadãos, fiscalizar as ações do Estado e legislar a respeito das políticas públicas estaduais. É de suma importância, portanto, que a atuação institucional seja amparada por informações precisas e consistentes sobre o processo de planejamento participativo em curso, sobre a situação de cada um dos 17 Territórios de Desenvolvimento e sobre as possibilidades de intervenção.

Com a participação efetiva nos Fóruns Regionais de Governo, a Assembleia de Minas amplia a escuta aos cidadãos mineiros, representando-os e contribuindo ativamente para que as políticas públicas estaduais estejam em consonância com a diversidade das demandas e desafios postos ao Estado de Minas Gerais para os próximos anos.